



Eixo: Questão agrária, urbana, ambiental e serviço social.
Sub-eixo: Ênfase na questão agrária.

O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

LETÍCIA SOARES NUNES¹
HÉLDER BOSKA DE MORAES SARMENTO²

Resumo: O presente artigo consiste em parte dos resultados obtidos na construção da tese de doutoramento defendida no primeiro semestre de 2018 e, mediante a pesquisa bibliográfica, documental e empírica realizada, tem por objetivo apresentar dados relativos à presença do debate da questão socioambiental nos cursos de graduação em Serviço Social referenciadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Para isso, discorre-se sobre o processo formativo dos assistentes sociais e, posteriormente, reflete-se sobre as tendências e as direções que vêm sendo adotadas pela categoria profissional no que diz respeito ao debate da questão socioambiental na formação.

Palavras-chave: Serviço Social; Questão Socioambiental; Formação Profissional; Destrutividade socioambiental.

Abstract: The present article consists in part of the results obtained in the construction of the doctoral thesis defended in the first semester of 2018 and, through the bibliographical, documentary and empirical research carried out, has the objective to present data concerning the presence of the debate of the socioenvironmental question in undergraduate courses in Social Service referenced by the Brazilian Association of Research and Teaching in Social Service (ABEPSS). In order to do this, the training process of social workers is discussed and, later, it is reflected on the trends and the directions that have been adopted by the professional category with regard to the debate of the socio-environmental question in the formation.

Keywords: Social Service; Socioenvironmental issue; Academic Formation; Socioenvironmental destructiveness.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste em parte dos resultados obtidos na construção da tese de doutoramento e, mediante a pesquisa bibliográfica, documental e empírica efetuada no período de 2014 até o primeiro semestre de 2018, tem por objetivo apresentar dados relativos à presença do debate da questão

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: <leticia_snunes@hotmail.com>

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina.

socioambiental nos cursos de graduação em Serviço Social referenciados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Para esclarecer, destaca-se que o objetivo da tese era analisar como o Serviço Social vem inserindo o debate da questão socioambiental nas dimensões do processo formativo profissional. Considerando a dificuldade de abranger todos os níveis de formação, optou-se por dar centralidade na tese à graduação, sem, contudo, desconsiderar a articulação com a pós-graduação, visto que a dimensão investigativa perpassa esses níveis e, integrá-los, significa ressaltar a importância dessa frutífera e necessária articulação.

Neste sentido, para identificar as instituições que ofertavam o curso de Serviço Social, efetuou-se uma consulta à *homepage* do Ministério da Educação (MEC) onde, em dezembro de 2016 constava um total de 491 cursos de Serviço Social em atividade presencial (gratuitos e não gratuitos) sendo ofertadas por 401 instituições e, 34 cursos na modalidade à distância (não gratuitos), ofertados por 30 instituições. Também se efetuou contato com a Presidência da ABEPSS (gestão 2015-2016), onde, após a realização do XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) realizado em dezembro de 2016, acessou-se uma listagem de 114 UFAS, sendo que destas, 49 estavam filiadas à Associação e 65, na ocasião, não estavam com a situação regularizada.

Apesar da diferença expressiva entre os dados da ABEPSS e do MEC, optou-se no escopo da tese por considerar enquanto universo de pesquisa as UFAS referenciadas pela referida Associação, visto que esta entidade, ao propor e coordenar a política de formação, tem incentivado a articulação entre graduação e pós-graduação e estimulado a discussão de diversas temáticas no Serviço Social, a exemplo da criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), sendo um deles relacionado à questão agrária, urbana e ambiental.

Delimitado o universo, acessou-se a *homepage* das 114 UFAS referenciadas à ABEPSS com o intuito de localizar os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), matriz curricular e outros documentos para efetuar a análise documental e identificar as tendências dos cursos em relação ao debate da questão agrária, urbana e socioambiental, com destaque para esta última – sendo este aspecto objeto deste artigo.

Importa registrar que se encontraram uma série de limitadores nesse processo de consulta às *homepages* dos cursos, em virtude da não existência de uma padronização na sistematização dos dados referentes à graduação. Ou seja, diversas instituições não dispunham de sites específicos sobre o curso, bem como não traziam informações detalhadas sobre o currículo, ementa, programa das disciplinas, corpo docente, PPP, data que os documentos tinham sido publicados, nem dispunham de espaços para divulgar projetos de pesquisa e extensão executados ou em andamento, assim como existência de núcleos de pesquisa – questões estas que dificultam uma compreensão de possíveis alunos do curso, bem como a socialização de pesquisas e o intercâmbio entre os pesquisadores.

Tais aspectos consistem num limite do trabalho, visto que não foi possível acessar os mesmos documentos em todas as 114 UFAS, mas também é um limite para a área de Serviço Social que não dispõe de um espaço onde estas informações estão integradas e atualizadas e, portanto, precisa buscar divulgar e criar mecanismos que garantam a acessibilidade das informações referentes aos cursos.

Mesmo com o acesso de documentos com estruturas distintas e conteúdos mais ou menos detalhados, optou-se por considerar àqueles disponíveis nas *homepages*, visto que fora encaminhado e-mail para coordenadores de curso de Serviço Social de UFAS que não dispunham de informações tão precisas, porém, tais tentativas não foram exitosas.

Feito tais esclarecimentos, considerando os impasses vivenciados pelos trabalhadores universitários e discentes dos cursos e Programas de Pós-Graduação (PPG) em Serviço Social – tanto no que diz respeito à regressão de direitos, quanto em relação às precarizações do trabalho docente –, neste artigo será apresentado um breve panorama sobre a formação do assistente social e sobre as análises acerca do debate da questão socioambiental na formação profissional. Objetiva-se, desta forma, que a categoria profissional melhor compreenda como o debate vem se processando e, com isso, adote estratégias que fortaleçam as discussões sobre o tema, inferindo na realidade cotidiana.

2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Desde sua emergência até os dias atuais, diferentes concepções filosóficas e teóricas permeiam a formação do assistente social: corrente neotomista; positivista; funcionalista; estrutural-funcionalista; fenomenológica; marxista, entre outras. Com esta diversidade, é visível que desde sua gênese, muitos foram os autores³ que mencionaram existir diferentes concepções de Serviço Social seja na América Latina, seja em outros continentes.

As sistematizações em torno da construção de uma definição sobre o Serviço Social expressam que a profissão foi operando mudanças no que concerne ao seu referencial teórico-metodológico e ao fazer prático-operativo, inclusive, pela vinculação a uma sociedade que não é estática, evidenciando as contradições deste sistema e a diversidade de projetos societários em pauta. Tais definições implicam, ainda, em disputas ideológicas e políticas que registram formas, por vezes, muito distintas de analisar a realidade, conceber o Serviço Social, seus fundamentos, objetos, objetivos e práticas.

Dito isso, partilha-se do entendimento que o surgimento do Serviço Social como profissão na década de 1930 está relacionado ao acirramento das contradições do capitalismo monopolista, enquanto uma das categorias que atuaria no enfrentamento da questão social. Desde seus primórdios, é sabido que a trajetória sócio-histórica do Serviço Social brasileiro foi marcada pelo forte vínculo com a tradição conservadora, seja oriunda da Igreja católica, seja do pensamento positivista.

Neste sentido, levando em consideração a Doutrina Social da Igreja, o ideário franco-belga de ação social e o pensamento de São Tomás de Aquino, retomado em fins do século XIX com o neotomismo, o profissional era formado a partir de diretrizes ético-religiosas, com centralidade para discussões relacionadas à higiene, anatomia, moral, contabilidade doméstica – tal qual pode ser observado nas grades curriculares dos primeiros anos da primeira Escola de Serviço Social criada no Brasil em 1936 na cidade de São Paulo.

³ Dentre eles, Faleiros (2011), Junqueira (1985), Iamamoto (2008), Netto (2007; 2011), entre outros.

Se nos seus primórdios a formação e ação profissional sofria influência do pensamento conservador europeu franco-belga, a partir dos anos 1940 começa a ser tecnicado ao entrar em contato com a sociologia conservadora norte-americana e suas propostas de trabalho permeadas pela teoria positivista, influenciando os métodos de Serviço Social de Caso, de Grupo e Organização de Comunidade, estando estes expressos no primeiro currículo mínimo para os cursos de Serviço Social aprovado em 1953.

A construção deste projeto profissional pautado numa ética tradicional/conservadora, não se deu por acaso, mas era necessária para a forma como os profissionais deveriam encaminhar suas ações junto aos usuários (ou “clientes”, “pessoas humanas desajustadas”, para utilizar as terminologias da época visíveis nos Códigos de Ética do Assistente Social de 1947, 1965 e 1975), contribuindo para reproduzir a moral acrítica e pretensamente neutra; a ideia da imutabilidade dos valores, das leis divinas; a alienação moral; a culpabilização do indivíduo; o conformismo, etc. (ORTIZ, 2009; BARROCO, 2010).

É na segunda metade dos anos 1960 e início de 1970, especialmente na América Latina, que a profissão busca renovar sua interpretação teórico-metodológica e política no intuito de romper com este lastro conservador da sua gênese. Nesse processo de ruptura com o Serviço Social Tradicional que caracterizou o Movimento de Reconceituação, Netto (2011) sintetizou três direções da renovação, a saber: perspectiva modernizadora; reatualização do conservadorismo e, intenção de ruptura.

Especificamente esta última expressa a pretensão de romper com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (matriz positivista) e com seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador), recorrendo progressivamente à tradição marxista. O enfrentamento e a denúncia do conservadorismo profissional implicaram na constituição de uma nova imagem do Serviço Social. Ou seja, no processo de crise da ditadura e transição democrática vivenciada no contexto brasileiro, esta categoria adentra os anos 80 almejando afirmar sua legitimidade frente aos usuários de sua ação profissional: a classe trabalhadora (ORTIZ, 2009).

A vinculação da profissão à defesa de direitos sociais e aos interesses majoritários da classe trabalhadora deriva deste esforço histórico e político de renovação, no qual o projeto profissional, denominado projeto ético-político – expresso no currículo mínimo de 1982, nas Diretrizes Curriculares de 1996 e nos Códigos de Ética Profissional de 1986 e 1993 –, se articula a um projeto societário que prima pela construção de uma nova ordem societária que supere a propriedade privada e a exploração de uma classe sobre a outra.

Tendo em vista a trajetória percorrida pelo Serviço Social e a análise das propostas curriculares, Maciel (2006) descreveu que a formação inicial atendia aos aspectos mais técnicos da profissão com ênfase numa “aprendizagem prática”, o que foi evidenciado nos currículos de 1953 e 1970. Posteriormente, visualizou-se uma formação mais “política e teórica”, destacada no currículo de 1982. Já, na atualidade, está expresso na proposta de 1996 um conjunto de diretrizes curriculares que sinalizam para uma formação teórica, técnica e política, buscando que a formação contribua para desvendar a realidade – superando a aparência dos fenômenos – e, de forma dialética, apontar possibilidades teórico-práticas para que a ação profissional caminhe na direção do projeto ético-político.

Por fim, impende destacar que apesar das dificuldades de garantir este projeto neste contexto de regressão dos direitos sociais, de fragilização e redefinição do papel do Estado e de subordinação da política social às políticas de austeridade, é visível o compromisso da categoria profissional com uma formação e um exercício profissional crítico, fortalecendo suas competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política para resistir e intervir numa realidade complexa e contraditória, lutando pelos direitos da classe trabalhadora e por uma sociabilidade mais justa e igualitária.

3 O DEBATE DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NA FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Conforme explicitado na introdução deste artigo, realizou-se um levantamento de documentos disponíveis nas *homepages* de 114 UFAS

referenciadas pela ABEPSS em 2016, de modo a identificar o panorama dos cursos de Serviço Social em relação ao debate da questão agrária, urbana e socioambiental, com destaque para esta última.

Ao fazer tal acesso, visualizou-se que em algumas destas 114 UFAS o curso de Serviço Social havia sido extinto e, em outras, havia mais de um curso de Serviço Social sendo ofertado e, a depender do *campus* em que este estava situado, o currículo apresentava elementos diferentes. Diante disso, chegou-se a um número final de 103 instituições que ofertavam 107 cursos de Serviço Social.

Fazendo um recorte para o ensino, além de 11 UFAS em que o curso foi extinto, não se localizou informação de 09 cursos de Serviço Social, pois a documentação não estava disponível ou não havia site específico. Provavelmente algumas dessas discutem os temas, mas não foram evidenciadas por não divulgarem as informações. E, em 17 cursos, acessou-se a matriz curricular, PPP e/ou outro documento, mas não foi feita menção à questão agrária, urbana e/ou socioambiental. Sobre isso destaca-se que foram acessados alguns dos referidos documentos, porém, estes, muitas vezes, não apresentavam a ementa das disciplinas, nem informações sobre ações de pesquisa e extensão.

Em relação aos 81 cursos com disciplinas que, mediante consulta por palavras-chaves⁴, evidenciavam no título ou na ementa a discussão da questão urbana, agrária e/ou socioambiental, identificou-se que 42 deles possuíam disciplinas obrigatórias, 23 disciplinas optativas e, 16 cursos disciplinas optativas e obrigatórias, conforme o quadro a seguir:

	UFAS	Nº
Disciplinas Obrigatórias	UCB; UFG; <u>UFMT</u> ; UNIVAR; EMESCAM; FNM; UNIFEG; <u>PUC/Minas</u> ; <u>UFOP</u> ; <u>UNA</u> ; UNISUAM; <u>UFF</u> ; UVA; <u>UNIRIO</u> ; <u>UCSAL</u> ; <u>UFBA</u> ; UECE; <u>IFCE</u> ; UNICAP; <u>UFS</u> ; FSDB; UNISULMA; <u>UFPI</u> ; <u>UNAMA</u> ; <u>UFPA</u> ; UNIBRASIL; UEPG; UNICENTRO; <u>UEL</u> ; <u>UNIOESTE</u> ; <u>UCS</u> ; <u>UNISC</u> ; URI; UFSM; UNISUL; FURB; <u>UNILINS</u> ; FAPSS; <u>PUC/Campinas</u> ; <u>PUC/SP</u> ; UNITAU; <u>UNIFESP</u> .	42
Disciplinas	<u>UNB</u> ; <u>UFES</u> ; <u>UFTM</u> ; <u>UNISEP</u> ; <u>PUC/Rio</u> ; <u>UERJ</u> ; <u>UFRJ</u> ; <u>UFF</u> ;	23

⁴ Tais como: questão socioambiental; natureza; meio ambiente; desenvolvimento sustentável; sustentabilidade; destrutividade; questão agrária; terra; rural; questão urbana; questão habitacional; cidade; urbano, entre outras.

Optativas	<u>UNIMONTES</u> ; UNIME; UFRB; <u>UEPB</u> ; <u>UFPB</u> ; <u>UFPE</u> ; <u>UERN</u> ; <u>UFRN</u> ; <u>UNIT</u> ; <u>UFMG</u> ; <u>UFAM</u> ; <u>UFMA</u> ; <u>UFT</u> ; UCPEL; <u>UNISINOS</u> .	
Disciplinas optativas e obrigatórias	<u>PUC/GO</u> ; UNIC; <u>UFJF</u> ; UNIFOA; <u>UFAL</u> ; <u>FIP/PB</u> ; CEULP; <u>UNIOESTE</u> ; UNIFRA; <u>PUC/RS</u> ; ULBRA; <u>UNIPAMPA</u> ; <u>UFRGS</u> ; <u>UFSC</u> ; UNISA; <u>UNESP</u>	16

Quadro 1: 79 UFAS com 81 cursos de Serviço Social que apresentam disciplinas cujo título ou ementa referem sobre a questão urbana, agrária e/ou socioambiental

Nota: Em sublinhado realçaram-se as UFAS que constavam como sendo filiadas à ABEPSS

Ou seja, considerando o total de 107 cursos de Serviço Social, 81 deles (76%) fazem referência à questão agrária, urbana ou socioambiental na grade curricular. Em relação à quantidade de disciplinas, contabilizaram-se 164, sendo estas 90 obrigatórias e 74 optativas.

REGIÃO	Nº DE UFAS	CURSO	QUANTIDADE DE DISCIPLINAS			EMENTÁRIO	
			TOTAL	Disciplina Obrigatória	Disciplina Optativa	COM	SEM
Centro Oeste	07 UFAS	07	17	13	04	11	06
Leste	19 UFAS	20	33	15	18	16	17
Nordeste	17 UFAS	17	36	09	27	25	11
Norte	09 UFAS	09	18	11	07	04	14
Sul I	19 UFAS	20	46	30	16	33	13
Sul II	08 UFAS	08	14	12	02	11	03
TOTAL:	79	81	164	90	74	100	64

Quadro 2: Quantidade de disciplinas e ementários dos cursos por região onde verificou-se a incidência da discussão da questão agrária, urbana e/ou ambiental

Das 79 UFAS, identificou-se que 61 eram universitárias (28 públicas federais; 17 privadas sem fins lucrativos; 10 públicas estaduais; 04 privada com fins lucrativos; 01 fundação municipal; 01 autarquia municipal); 09 faculdades (05 privadas sem fins lucrativos e 04 com fins lucrativos); 08 eram centros universitários (06 privadas sem fins lucrativos e 02 com fins lucrativos); e 01 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Dos dados acessados, constata-se que o debate da questão agrária, urbana e/ou ambiental, no contexto disciplinar, se faz visível em 41 UFAS públicas e 38 privadas.

Embora se assemelhem na quantidade de UFAS que inserem a discussão, há uma diferença significativa entre as instituições públicas e privadas quando se consulta a quantidade de disciplinas destinadas à questão agrária, urbana ou ambiental. Das 164 identificadas, 95 (42 obrigatórias e 53 optativas) estão inseridas em UFAS Públicas, ao passo que 69 disciplinas (48 obrigatórias e 21 optativas) estão nas Privadas. Sobre o formato, nas *Públicas* há um número semelhante entre a oferta em disciplinas obrigatórias e optativas, ao passo que nas *Privadas*, 70% deste conteúdo está inserido nas obrigatórias.

Ainda sobre as disciplinas, destaca-se que 90 são obrigatórias e, destas, 47 são “específicas”, visto que os temas constam no título da disciplina; ao passo que outras 43 são “gerais”, ou seja, fizeram esta menção na ementa ou no conteúdo programático. Além destas, 74 são optativas, sendo 62 específicas e 12 referem sobre o tema no conteúdo.

Considerando a titulação e ementas das disciplinas, com exceção da região Centro Oeste onde visualizou-se uma referência mais expressiva da questão urbana associada, majoritariamente, ao debate rural, e, na região Leste onde apresentou-se um debate mais centrado na questão urbana articulando-o à questão socioambiental, nas regiões Nordeste, Norte e Sul a questão socioambiental apresentou maior ênfase nos conteúdos curriculares. Somado a isso, pode-se visualizar que as referidas disciplinas apresentavam discussões que buscavam evidenciar as particularidades da questão agrária, urbana e/ou socioambiental, a partir de alguns debates relacionados: 1) às particularidades regionais; 2) às discussões dos movimentos sociais e formas de resistência da população; 3) às Políticas Públicas para a área; 4) à inserção do Serviço Social neste campo; 5) ao debate da formação e desenvolvimento capitalista; 6) às especificidades jurídicas e normativas.

Das 79 UFAS com disciplinas sobre a questão urbana, agrária e/ou socioambiental, 46 delas (22 públicas e 24 privadas) possuem 59 disciplinas cujo título indicava uma ênfase na questão socioambiental. Foi possível acessar a ementa de 28 disciplinas, cujas nomenclaturas seguiam padrões semelhantes, a exemplo da utilização de terminologias como “questão ambiental”, “desenvolvimento sustentável”, “educação ambiental”, “gestão

ambiental”, “meio ambiente”, “sustentabilidade”, “política pública” e “Serviço Social”⁵.

De modo geral, estas apresentavam na ementa, nos objetivos ou conteúdo programático, a intenção de discutir sobre a gestão ambiental, Política Ambiental, faziam referências ao desenvolvimento econômico capitalista e as implicações socioambientais deste desenvolvimento. Além disso, algumas buscavam dar centralidade aos movimentos ambientalistas e às formas de enfrentamento e resistência da população a este processo de destrutividade socioambiental. E, em menor número, identificaram-se referências com foco no debate sobre desastre, gênero e meio ambiente, saúde e meio ambiente.

Nas disciplinas referidas como “gerais”, percebe-se que, por vezes, a referência ao tema aparecia de forma pontual e/ou marginal na ementa⁶ – não sendo possível mensurar se realmente era abordada –, ou pulverizada como uma temática que poderia vir a ser discutida não de forma prioritária, mas juntamente com outras emergentes ao Serviço Social, a exemplo daquelas disciplinas denominadas “Tópicos Especiais”.

Além de visualizar que há no Serviço Social um debate diversificado da questão socioambiental, identificou-se que este vem sendo realizado sob diferentes aportes teóricos. Na leitura deste material e mediante a pesquisa empírica com a realização de entrevistas a 08 docentes vinculados a 08 UFAS que apresentavam indícios da inclusão da questão socioambiental no curso, em relação aos aportes teóricos, identificaram-se propostas que transitavam entre uma e outra corrente teórico-metodológica nem sempre compatíveis.

Ou seja, ainda que se visualizasse referência ao caráter predatório e destrutivo do sistema capitalista e aos impactos desiguais desta destrutividade

⁵ Citam-se alguns exemplos: “Desenvolvimento, meio ambiente e poder local”; “Sustentabilidade Ambiental e Economia Solidária”; “Serviço Social e a Questão Ambiental”; “Educação Socioambiental”; “Gestão Ambiental: gênero e políticas públicas”; “Desenvolvimento, Sociedade e Preservação Sócio Ambiental”; “Núcleo Temático: Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental”; “Questões Agrárias e Meio Ambiente na Amazônia”; “Política Social: Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente”.

⁶ Para esclarecer, faz-se referência a algumas disciplinas denominadas “Capitalismo e Questão Social” onde na ementa descreviam, dentre outras questões, a intenção de dialogar sobre “as perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações sócio-ambientais”, contudo, em algumas situações, não foram localizadas referências bibliográficas que indicavam reflexões sobre o debate da questão socioambiental. Registra-se que tal disciplina com a nomenclatura semelhante está prevista nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social.

na vida da população que indicavam formulações pautadas na teoria crítica, por vezes, os Planos de Ensino das disciplinas, apresentavam propostas voltadas para o ideário da conservação ambiental, da crença no individualismo liberal como instrumento para transformar a sociedade, típicos da visão de mundo ecocentrada⁷ na busca por despertar uma nova sensibilidade humana para com a natureza.

Além desta, identificou-se outras propostas que se assemelham ao que os organismos internacionais propagam e que visam compreender a questão socioambiental e o paradigma da sustentabilidade, representando uma corrente do antropocentrismo tecnocentrista⁸. Nesta, reconhecem-se os problemas entre o desenvolvimento capitalista e o meio ambiente, mas é sugerida a adoção de uma educação tecnicista voltada para a resolução de problemas ambientais imediatos e uma defesa de que as saídas técnicas são necessárias para a sobrevivência das gerações futuras.

Considerando o exposto, para além de qualquer caracterização das propostas evidenciadas nos Planos de Ensino nas correntes ídeo-políticas que estão presentes na discussão da questão socioambiental⁹, o que se pretende sinalizar consiste na necessidade dos docentes, discentes e da categoria profissional, apreender o leque de correntes que se enfrentam nesse debate, desmistificando a existência de um consenso onde todos os que pesquisam ou executam ações nessa área se pautam em uma única visão de mundo, em um único objetivo no tratamento da questão socioambiental.

⁷ No campo ecocentrista – também denominado como biocentristas –, embora existam posições variadas, há centralidade na discussão em torno da Ecologia Profunda e dos Preservacionistas, além da ênfase em relacionar as causas da crise socioambiental à discussão acerca do uso indiscriminado de recursos e do aumento populacional, evidenciando a influência das teses de Malthus e dos neomalthusianos. A posição ecocêntrica é uma linha de pensamento que se apoia no pressuposto de uma ordem natural, sendo a natureza considerada uma esfera separada da sociedade humana, onde as leis naturais impõem um critério de comportamento à organização humana (PEPPER, 1996; FOLADORI, 2005).

⁸ Em relação ao grupo cujo ponto de partida ético é antropocêntrico, identificam-se autores que entendem que a atuação sobre o meio ambiente está condicionada pelas necessidades e interesses humanos. Neste grupo, Foladori (2005) faz duas divisões, sendo uma delas os antropocentristas tecnocentristas que entendem que a natureza é externa à sociedade humana e consideram legítima a dominação da natureza pelo homem, realizada fundamentalmente através do desenvolvimento tecnológico. Neste grupo, destacam-se os cornucopianos e ambientalistas moderados.

⁹ Para mais informações ver Foladori (2005) e a sistematização elaborada por Nunes (2018) com base no autor.

Tal aspecto é de fundamental importância, pois, conforme Silva (2010, p. 156):

A ausência (ou insuficiente) problematização das demandas estreita o leque de possibilidades da profissão, confinando-a a limites previamente estabelecidos. Assim, corre-se o risco de se verem questões referentes ao lixo, à água, à energia, ao saneamento básico, entre outras – as quais vêm requisitando cada vez mais o Serviço Social –, serem tomadas em si mesmas, como problemáticas circunscritas aos limites territoriais específicos de uma dada área e deslocadas do universo complexo que implica a “questão ambiental”. As estratégias a serem adotadas, como consequência, remontam às mudanças comportamentais e à incorporação, acrítica, das requisições institucionais pelos usuários.

Ou seja, tal aspecto reforça a necessidade do fortalecimento de uma formação que imprima uma direção social de ruptura teórico-prática com o tradicionalismo; que analise criticamente a realidade social, efetuando releituras da questão social, historicizando-a e percebendo suas novas configurações; que se aproxime do cotidiano profissional e rompa com possíveis fragmentações do processo ensino x aprendizagem.

4 CONCLUSÃO

Ainda que a partir dos anos 2000 se visualize que a questão socioambiental vem ganhando espaço e visibilidade no Serviço Social no plano teórico, na intervenção cotidiana, nos eixos temáticos dos eventos, na publicação de artigos e trabalhos acadêmicos, na referência a projetos de pesquisa e extensão, nos conteúdos curriculares dos cursos de graduação e linhas de pesquisa dos PPG, é importante não perder de vista que se trata de uma discussão recente e, ainda que o debate da questão socioambiental à luz da perspectiva dialética crítica no Serviço Social venha adquirindo expressividade, isto não quer dizer que há consenso na discussão.

Defende-se que esta apropriação teórica, além de evidenciar que não há respostas simples e reducionistas para o panorama da crise socioambiental, na busca pela coerência teórico e prática, deve conduzir qualificada e coerentemente as escolhas profissionais no âmbito do paradigma crítico-dialético. Ou seja, deve subsidiar uma atuação profissional numa perspectiva

emancipatória que busque politizar o debate socioambiental, problematizando as contradições deste modo de produção destrutivo capitalista.

Especificamente sobre a formação profissional, ainda que neste artigo se tenha, em alguma medida, indicado que muito provavelmente as disciplinas obrigatórias específicas garantam maior visibilidade ao tema e até certo aprofundamento do conteúdo, não se está defendendo que todos os cursos se organizem desta maneira. Ou seja, considera-se fundamental que a questão urbana, agrária e socioambiental, integradas à pesquisa e extensão, sejam abordadas transversalmente nos conteúdos curriculares do curso.

Contudo, parte-se do pressuposto que para se garantir esta transversalidade os docentes precisam se apropriar destas temáticas e promover essas discussões no curso, inclusive, para se evitar discursos genéricos de que os temas são discutidos, quando, por vezes, são apenas mencionados de forma superficial nas ementas das disciplinas, mas não necessariamente abordadas nas mesmas.

Reforça-se, também, que se as disciplinas específicas podem vir a garantir que as particularidades das ênfases sejam abordadas, é preciso estratégias para não fragmentar o debate e evitar o fortalecimento do que pode ser chamado de perspectiva de área.

No momento em que há a “filiação” por áreas, parece prevalecer a tendência de um eterno descrever das ações dos assistentes sociais a cada novo espaço ocupacional que se abre. Além disso, parece obstruir também as possibilidades de discussão entre os profissionais que, embora exerçam a profissão em áreas diferentes, desenvolvem ações de uma mesma natureza. Por exemplo, o assistente social que trabalha com Conselhos de Direitos na área da Criança e do Adolescente teria possibilidades muito maiores de adensar a discussão teórico-metodológica, aprofundando as reflexões sobre o “fazer profissional”, com colegas que também trabalham em Conselhos de Direitos na área da Seguridade Social do que com profissionais que trabalham no atendimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (MIOTO, LIMA, 2009, p. 30).

Por fim, entende-se que a ação do assistente social na questão agrária, urbana e/ou socioambiental não se difere integralmente das ações realizadas nos demais espaços sociocupacionais que este se insere. Contudo, ainda que se corrobore com Miotto e Lima (2009) sobre os cuidados necessários em relação à “perspectiva de área”, entende-se que também é importante fomentar

pesquisas que registrem as particularidades do Serviço Social nos espaços que este se insere, sem, com isso, desconsiderar que estes têm em comum o fato das demandas profissionais estarem intrinsecamente atreladas aos processos de reestruturação produtiva que, cada vez mais, radicalizam as desigualdades. Ou seja, trata-se de reconhecer as particularidades conectadas a uma totalidade e não como um campo específico e segmentado em si mesmo.

REFERÊNCIAS

- BARROCO, M. L. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- FALEIROS, V. P. O quê Serviço Social quer dizer. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 108, p. 748-761, 2011.
- FOLADORI, G. Uma Tipologia del Pelsamiento ambientalista. In: FOLADORI, G.; PIERRI, N. (Org.). **Sustentabilidad?** Desacuerdos sobre el desarrollo suetentable. México: Universidade Autônoma de Zacatecas, 2005. p. 1-22.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: Capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- JUNQUEIRA, S. B. **Conceitos e definições de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviço Social. 1985. p. 39.
- MACIEL, A. L. S. **Universidade em crise**: uma travessia necessária para a formação em Serviço Social, 2006, 220 f. Tese (Doutorado Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- MIOTO, R. C. T.; LIMA, T. C. S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n.1 p. 22-48. jan./jun. 2009.
- NUNES, L. S. **Questão socioambiental e formação profissional**: o que o Serviço Social tem a ver com esse debate? 2018. 400 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- ORTIZ, F. G. Serviço Social e Ética: a Constituição de uma Imagem Social Renovada. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. **Ética e Direitos**: ensaios críticos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 123-137.

PAULO NETTO, J. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 135-170, 2007.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEPPER, D. **Ambientalismo Moderno**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

SILVA, M. G. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.